

**LIVRO DE ATAS 2011**

**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO  
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO

Este livro contém as atas das reuniões do Conselho Estadual de Tombamento, realizadas em 24 de janeiro de 2011, com a 1164ª sessão plenária, e com término no dia 15 de dezembro de 2011, com a 1189ª sessão plenária.

**LIVRO DE ATAS DO  
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO  
INICIADO NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2011,  
COM A 1164ª SESSÃO PLENÁRIA,  
E COM TÉRMINO NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011,  
COM A 1189ª SESSÃO PLENÁRIA**

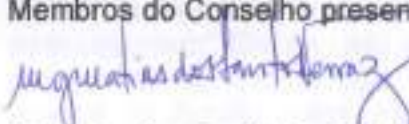
Folha nº 1 de 1




## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1164ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima sexagésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Ítalo Campofiorito, Lia Motta, Sônia Rabello e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: 1. **Leitura, aprovação e assinatura de Atas/2010: 1140ª, 1141ª, 1142ª, 1143ª, 1144ª, 1145ª, 1146ª, 1147ª, 1148ª, 1149ª, 1150ª, 1151ª, 1152ª, 1153ª, 1156ª, 1157ª, 1158ª, 1159ª, 1160ª, 1161ª, 1162ª e 1163ª Sessões Plenárias.** Após leitura e aprovação pelo colegiado, foram assinadas as Atas da 1140ª, 1141ª, 1142ª, 1143ª, 1144ª, 1145ª, 1146ª, 1147ª, 1148ª, 1149ª e 1150ª Sessões Plenárias. Os documentos restantes ficaram para pauta da sessão do Conselho prevista para 31 de janeiro próximo. 2. **Pedido de impugnação do tombamento do Sítio Natural A1- Armação dos Búzios. (Apresentação de parecer pela Conselheira Sônia Rabello).** A Conselheira-Relatora da matéria, Sônia Rabello, apresentou parecer pelo qual, após exposição e análise detalhadas das alegações do requerente, opina **"pela rejeição da impugnação oferecida pela parte, e manutenção do tombamento da área"**. Após deliberação do colegiado de retomada do assunto em pauta na sessão seguinte, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Ítalo Campofiorito

  
Lia Motta

  
Sônia Rabello

  
Wilma da Rocha



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1165ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima sexagésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Ítalo Campofiorito, Lia Motta, Sônia Rabello e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a arquiteta Liana Carneiro Monteiro, Diretora do DPCN/Inepac, e a arquiteta do mesmo Departamento, Maria Cristina Monteiro. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Pedido de impugnação do tombamento do Sítio Natural A1- Armação dos Búzios. (Continuidade da apresentação de parecer pela Conselheira Sônia Rabello).** Conforme deliberação do colegiado na sessão anterior, a Conselheira-Relatora da matéria, Sônia Rabello, deu continuidade à apresentação de parecer pelo qual opinou pelo indeferimento do pedido em tela. Pelo documento, é ressaltado: *"Porém, há outro aspecto alegado pela parte e que merece consideração, embora também não comprometa, de forma geral, o tombamento, é a exatidão da área tombada. (...) Por tudo isso, faz-se necessário, antes do tombamento definitivo, buscar, com a precisão possível, os contornos definitivos da Área 1, para que não paire mais dúvidas sobre o objeto físico no qual incidirá a proteção cultural"*. Ainda sobre o tombamento definitivo da área em questão, e cujo parecer é, também, de sua autoria, pelo documento em tela é apresentada a conclusão: *"Pelo retorno do presente, para que na continuidade da tramitação do tombamento definitivo sejam conferidos os limites da Área 1, bem como reavaliadas as condições de uso a serem submetidas a este colegiado"*. Em seguida à leitura, o parecer em tela foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 31 de janeiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Ítalo Campofiorito

Lia Motta

Sônia Rabello

Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1166ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

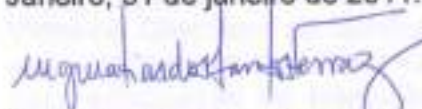
Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima sexagésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Ítalo Campofiorito, Lia Motta, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Leitura, aprovação e assinatura de Atas/2010.** Após leitura e aprovação pelo colegiado, foram assinadas as Atas da 1151ª, 1152ª, 1153ª, 1156ª, 1157ª, 1158ª, 1159ª, 1160ª, 1161ª, 1162ª e 1163ª Sessões Plenárias. **2. Informe sobre visita do Inepac a Nova Friburgo.** A Presidente Regina Mattos, falando ao colegiado sobre visita que fez a Nova Friburgo 15 (quinze) dias após a catástrofe ambiental que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro no início do mês, informou ter sido esta a segunda visita de técnicos do Inepac ao local. Na primeira, relatou a Presidente, três técnicos lá permaneceram por alguns dias, com o objetivo de fazer um levantamento inicial da situação em que se encontram os 13 (treze) bens tombados pelo Instituto no Município. Declarou, em seguida, que, por ocasião de sua visita, pode constatar que a situação é de enorme gravidade. Mostrou ao colegiado, em seguida, fotografias da *Capela de Santo Antônio*, imóvel duramente atingido pela avalanche de barro, que derrubou a parede lateral e invadiu o interior da edificação, da qual restaram apenas a fachada, duas paredes e a cumeeira. Informou, em seguida, que na ocasião, além dos Secretários Municipais de Cultura e Meio Ambiente, estava acompanhada de representante da Fundação Roberto Marinho, que investirá R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na recuperação da Capela. Informou, ainda, que no dia seguinte a sua visita, o engenheiro Geraldo Filizola iria até o local para avaliação da estrutura da Igreja, e que deverá ser feita a contenção da encosta localizada atrás do templo. Declarou, em seguida, ter chamado a sua atenção o absoluto e comovente silêncio em que trabalham os operários no local, num sinal de grande pesar pelos trágicos acontecimentos que se abateram sobre a cidade e a população. Sobre o segundo imóvel que visitou, a *Estação Ferroviária Riograndina*, localizada fora do Centro da Cidade, e da qual também mostrou registro fotográfico, informou que sua estrutura permanece sólida. Entretanto, relatou a Presidente, todo o patrimônio que se encontrava no seu interior, de grande importância para a comunidade, que fazia do local um ponto de encontro e de cultura, foi inteiramente perdido. Sobre o *Colégio Anchieta*, um dos imóveis visitados pelos técnicos do Inepac, informou que o mesmo ficou milagrosamente intacto, graças a um desvio da avalanche de lama, que destruiu tudo ao seu redor. Informou, ainda, que o *Sanatório Naval* também nada sofreu, o mesmo acontecendo com o prédio da *antiga Câmara Municipal (antiga residência do Barão de Nova Friburgo)*, o *Colégio Estadual Ribeiro de Almeida*, a *Faculdade de Odontologia* e a *Sede da Prefeitura*. A Presidente declarou, em seguida, que o *Colégio Nossa Senhora das Dores* foi parcialmente afetado, o mesmo ocorrendo com o prédio da *LBA*. Já o prédio da *Cúria Metropolitana*, informou ter sido bastante

1119  
SSP



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

danificado pelas águas. Por fim, declarou a Presidente, o *Relatório* realizado pelos técnicos do Inepac com a situação detalhada destes imóveis tombados será encaminhado à Secretária de Cultura, Adriana Rattes, que solicitou uma verba de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para investimento na recuperação dos mesmos. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2011.

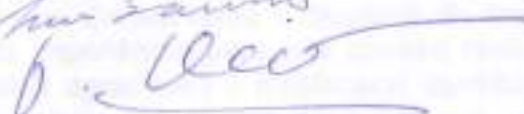
  
Maria Regina Pontin de Mattos

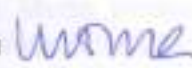
  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Ítalo Campofiorito

  
Lia Motta

  
Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

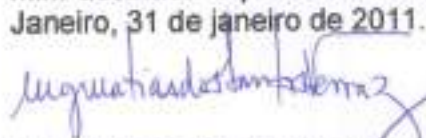
  
Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1167ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima sexagésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Ítalo Campofiorito, Lia Motta, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Recurso com apresentação de projeto para adequação de obras irregulares executadas em imóvel à Rua Conde de Irajá, nº 201, em Botafogo.** A Conselheira-Relatora da matéria, Lia Motta, entregou parecer pelo qual indefere o recurso em tela. Cabe ressaltar que o documento, redigido de acordo com os termos já apresentados pela Conselheira durante a 1158ª Sessão Plenária, de 29 de novembro de 2010, já havia sido aprovado pelo colegiado na sessão referida. Em seguida, a Conselheira comunicou aos presentes que, em razão das responsabilidades com o trabalho que vem desenvolvendo no IPHAN e que a impede de se dedicar a outras atividades, se desligará do CET, sendo esta a última sessão de que participaria. Em seguida, agradeceu a confiança que lhe foi depositada e a possibilidade de convívio com os Conselheiros e técnicos do Inepac, o que propiciaram um período de grande importância para sua carreira profissional. Em seguida, a Presidente Regina Mattos agradeceu a inestimável contribuição que a Conselheira Lia Motta prestou ao longo dos muitos anos em que fez parte do Conselho, função que desempenhou honrosamente em defesa do patrimônio cultural do Rio de Janeiro. O Conselheiro Ítalo Campofiorito, após declarar compreender as razões da Conselheira, declarou lamentar profundamente a sua saída do Conselho. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda solicitou o registro em Ata de um voto de louvor pela colaboração permanente que a Conselheira Lia Motta prestou ao CET, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Alfredo Britto e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 07 de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Ítalo Campofiorito

  
Lia Motta









## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### **Ata da 1168ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta:

#### **OBS. ATA PERDIDA COM A QUEIMA DO HD DO COMPUTADOR.**

Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### **Ata da 1169ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta:

#### **OBS. ATA PERDIDA COM A QUEIMA DO HD DO COMPUTADOR.**

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 14 de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1170ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a arquiteta Maria Cristina Monteiro, do DPCN/Inepac, acompanhada do estagiário na área de Geografia, Felipe Querino Sobral. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta:

**1. Apresentação do trabalho de Geoprocessamento das áreas tombadas no Município de Armação dos Búzios.** Após declarar abertos os trabalhos, a Presidente Regina Mattos passou a palavra à arquiteta Maria Cristina Monteiro, do DPCN/Inepac, que, em seguida, apresentou ao colegiado o estagiário Felipe Querino Sobral, que, informou aos presentes, vem desenvolvendo, sob sua coordenação, os trabalhos de mapeamento em questão. Sobre os referidos trabalhos, a arquiteta informou que os mesmos estão sendo realizados por meio de técnicas de geoprocessamento, com o uso do *software ArcGIS (Geographic Information System)* e base de dados disponibilizadas pela Prefeitura de Armação de Búzios, bem como a partir de dados desenvolvidos pelo DPCN/Inepac em vistorias e análises implementadas pela Instituição. Em seguida, o citado estagiário deu início à apresentação de conjuntos de mapas já produzidos, o que foi interrompido após deliberação do colegiado de retomada do assunto na sessão seguinte. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1171ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a arquiteta Maria Cristina Monteiro, do DPCN/Inepac, acompanhada do estagiário na área de geografia, Felipe Querino Sobral. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta:

**1. Apresentação do trabalho de Geoprocessamento das áreas tombadas no Município de Armação dos Búzios.** Conforme deliberado na sessão anterior, foi retomada a apresentação do assunto em pauta. A arquiteta Maria Cristina Monteiro informou que, por meio das citadas técnicas de geoprocessamento, foram produzidos os mapas georeferenciados em tela (cujas produções ainda se encontra em curso) com informações relevantes tanto para os estudos da região, quanto fundamentais à gestão do tombamento das duas (2) áreas naturais no Município de Armação dos Búzios (Sítios Naturais 1 e 2, tombados segundo o Processo nº E-18/1337/2003, nos termos do Edital publicado no Diário Oficial RJ de 17/10/2003). Com o término da apresentação do material pelo estagiário Felipe Querino Sobral, o colegiado foi unânime em reconhecer a qualidade técnica do trabalho apresentado, bem como sua importância para a gestão do tombamento em tela, conforme declarou a arquiteta Maria Cristina Monteiro, parabenizada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 21 de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Sabino Machado Barroso



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Fls. de 11/27 - Anexo - Processo de Concurso Público de Terceirização de Serviços de Fim de Janeiro

Victorino Chermont de Miranda

*b. lico*

Wilma da Rocha

*Woma*

Faint, illegible text from the document body, likely containing a list of names and details related to the public service process.

*Pi*

*SA*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1172ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Ítalo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e os arquitetos Marcos Bittencourt e Denise de Souza Mendes, do citado Departamento. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação pelo colegiado, foram assinadas as atas da 1164ª, 1165ª, 1166ª e 1167ª Sessões Plenárias. **2. Consulta Prévia de Projeto para construção de grupamento de edificações residenciais multifamiliares na Rua Guilhermina Guinle, Lote 2 do PAL 45.050, resultante do desmembramento de área onde se localiza o Palacete Linneo de Paula Machado, em Botafogo.** Após declarar abertos os trabalhos, a Presidente Regina Mattos passou a palavra à Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, que passou a apresentar algumas informações relativas ao projeto em pauta. Sobre o mesmo, a citada arquiteta informou que os proprietários do Palacete Linneo de Paula Machado alegam que sua execução possibilitará o aproveitamento econômico da área, permitindo-lhes usufruir de parte do seu patrimônio, que teria sido reduzido com o tombamento do Palacete. Informou, ainda, que segundo entendimento destes proprietários, o lote 2, que abriga as antigas "edículas" de serviço do Palacete e que seriam demolidas para a execução do projeto, não integra o tombamento estadual, uma vez que o seu desmembramento do terreno ocorreu em março do ano 2000, sendo, portanto, anterior ao tombamento do Palacete, de maio de 2006. A arquiteta ressaltou, em seguida, que também incide sobre o imóvel o tombamento municipal, e que o mesmo é parte integrante da APAC de Botafogo. Ressaltou, por fim, que o projeto ora em exame foi elaborado com base na regulamentação daquela APAC, que permite edificações de até 18,00m de altura no local. Em seguida, a Presidente Regina Mattos leu parecer do DPCN/Inepac, de autoria dos arquitetos Marcos Bittencourt e Denise de Souza Mendes, pelo qual "(...) o tombamento estadual se propôs proteger em sua totalidade o bem cultural, integrado pelo Palacete pp. dito, as áreas externas com seus jardins e demais espaços livres e edificações que compõem o conjunto". E, ainda: "Considerando o exposto acima, opinamos pelo envio da documentação ao CET para avaliação daquele Egrégio Conselho do assunto, para posterior retorno ao Inepac, tendo em vista que os critérios a serem utilizados para análise de construção em área na proximidade imediata de bem tombado não são os mesmos a serem aplicados em bem tombado". Chamado a participar da sessão, o arquiteto Marcos Bittencourt declarou que a preocupação que motivou que o assunto tenha sido trazido ao Conselho é mesmo entender-se o tombamento do imóvel em questão. Segundo o arquiteto, a questão é que embora o entendimento do DPCN seja o de que o

f.

DA B km



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

tombamento inclui o Palacete e todo o jardim que o circunda, e, portanto, engloba aquelas antigas edículas de serviço, o edital de tombamento não menciona tais construções. O arquiteto ressaltou, ainda, que o fato de não haver qualquer limite divisório entre o Palacete e os lotes desmembrados, gerando um terreno único, reforça tal entendimento do DPCN, além do tombamento do Palacete ter sido solicitado ao Inepac pela Associação de Moradores de Botafogo, em caráter emergencial, justamente com o objetivo de impedir novas construções no local. O Conselheiro Alfredo Luiz Porto de Britto ressaltou ter havido por parte do Inepac uma "intenção de tombamento", ou seja, de tomar integralmente o Palacete e seus jardins, mas que, entretanto, a mesma não está claramente definida no Edital de Tombamento e, assim, pela Lei, aquelas edículas não se encontram tombadas. Ainda segundo o Conselheiro, a dúvida que permanece é relativa à proximidade das edificações propostas com relação ao Palacete tombado, sendo o caso de avaliar-se se tal proximidade é tolerável. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que, segundo seu entendimento, pelas fotos da propriedade e levando-se em consideração as suas características, não resta dúvida de que tudo o que se encontra no jardim (al incluídas as antigas edículas de serviço) é parte integrante do mesmo e, portanto, do Palacete. Entretanto, segundo o Conselheiro, se o Edital não registra isso, tais edículas deveriam passar a constituir o entorno do bem tombado. Em seguida, após indagar se tal discussão está ocorrendo na Prefeitura, uma vez que o imóvel é igualmente tombado pelo Município, o Conselheiro argumentou que seria o caso de uma discussão conjunta com o Conselho Municipal de Patrimônio, com o objetivo não apenas de avaliar-se o projeto em exame, mas, também, de pensar-se um uso que garanta a preservação do Palacete. Sobre o projeto em exame, o arquiteto Marcos Bittencourt declarou que o mesmo é resultado de discussões dos interessados com o órgão de patrimônio municipal. Sobre pedido de demolição das antigas edículas localizadas no terreno, necessária à execução do projeto em exame, a Presidente Regina Mattos leu parecer do técnico do Município, Luiz Eduardo Pinheiro, que indefere tal solicitação e encaminha o assunto ao Conselho Municipal de Patrimônio. Leu, ainda, decisão do referido Conselho, de 27 de dezembro de 2010, assinada pelo seu Presidente, Sr. Washington Fajardo, que determina que "(...) nada tem a opor ao pedido de demolição em tela". Em seguida, a Presidente Regina Mattos argumentou que, diante das questões ora levantadas relativas ao tombamento estadual do imóvel, e que parecem ter resultado no entendimento de que, de fato, o lote 2 não se encontra tombado, constituindo apenas entorno do Palacete, o projeto em estudo deverá ser avaliado sob o ponto de vista de sua proximidade com relação ao bem tombado. Argumentou, ainda, que, por esta razão, poderá ser sugerido que as construções propostas sejam distanciadas o máximo possível do Palacete, não sendo aceitável a distância constante da proposta atual, que prevê um afastamento de apenas 10 metros de uma das lâminas com relação ao mesmo. Ao final dos debates, o colegiado deliberou recomendar a adoção dos seguintes parâmetros: 1. Que a altura máxima das novas edificações não ultrapasse os 18,00m, respeitando-se o limite adotado pela APAC de Botafogo para o local; 2. Que seja respeitada uma distância mínima de 23,00m entre as novas edificações e a fachada lateral do Palacete Linneo de Paula Machado voltada para o Lote 2 do PAL 45.050; 3. Que seja preservada a arborização existente no trecho do terreno localizado entre o Palacete e

R:

DA B M



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

as novas edificações; 4. Que seja recomendada a restauração do Palacete tombado, bem como definido novo uso que garanta a sua preservação. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011.

*Maria Regina Pontin de Mattos*  
Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Ítalo Campofiorito

Mozart Vitor Serra

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

*Wilma*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1173ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Ítalo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, os arquitetos do DPCN/Inepac Marcos Bittencourt e Denise de Souza Mendes. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Recurso à decisão do CET de indeferimento de pedido de destombamento dos imóveis situados à Rua Coronel Veiga, nº 1424 e 1434, em Petrópolis.** Após declarar abertos os trabalhos, a Presidente Regina Mattos passou a palavra ao arquiteto do DPCN/Inepac, Marcos Bittencourt, presente à sessão para participar das discussões da matéria em pauta. Com a palavra, o citado arquiteto deu início à apresentação de parecer de sua autoria e da arquiteta Denise de Souza Mendes, pelo qual, inicialmente, relata que o assunto em tela já havia sido examinado pelo CET, ocasião em que foi indeferida, por meio de parecer do Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, solicitação de destombamento dos imóveis de nº 1424 e nº 1434 da Rua Coronel Veiga, que integram o conjunto urbano-paisagístico da citada rua, tombado definitivamente pelo Estado em 1998. Relata, ainda, que pelo presente recurso o requerente solicita a revisão da proteção que incide sobre estes imóveis, e *"que seja autorizada a "alteração do regime de tutela" dos citados bens para a categoria de "simples tutela"*. Ainda pelo parecer em questão, após exposição e análise detalhadas das alegações do requerente, bem como das motivações do tombamento, é apresentada a conclusão: *"Na gestão da proteção e na experiência acumulada pelo Inepac ao longo do tempo desse tombamento, temos verificado a necessidade de proceder à sua revisão e atualização, tendo em vista a quantidade de imóveis e áreas protegidas e a diversidade dos ambientes urbano-paisagísticos que configuram os conjuntos tombados. Entendemos, no entanto, que tal revisão, que se faz necessária e urgente, não deve ocorrer de forma pontual, mas sim na totalidade do tombamento"*. E, ainda: *"De fato, é fundamental verificar nesse e nos demais conjuntos tombados, até que ponto as alterações ocorridas resultaram em uma perda irreparável dos aspectos que motivaram o tombamento, ou quais procedimentos ainda podem ser utilizados para repará-la"*. Em seguida à leitura, a Presidente Regina Mattos indagou aos presentes sobre a resposta a ser encaminhada ao requerente. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda propôs que o mesmo seja informado de que fica sustada a apreciação do pedido em exame, até que sejam concluídos pelo Inepac os estudos em andamento relativos à revisão e atualização dos tombamentos dos conjuntos urbano-paisagísticos em Petrópolis, conforme definido no parecer em tela. A proposição do Conselheiro foi acatada pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 14 de março, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que

R:

DA  
M  
B  
V



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião.  
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011.

*Maria Regina Pontin de Mattos*

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Mozart Vitor Serra

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1174ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Palestra sobre o restauro do Pórtico em Cantaria da fachada principal do Museu Imperial de Petrópolis e visita guiada ao Museu.** A convite do Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior, o colegiado assistiu à palestra sobre a restauração do pórtico em cantaria do Palácio, proferida pela técnica responsável pela intervenção, a restauradora Andréa Polônio, da *Atelier Histórica Arquitetura e Restauração*, empresa vencedora da licitação, e pelo arquiteto do Museu, Fernando Barbosa. Com o término da explanação, foram interrompidos os trabalhos, deliberando-se pela sua retomada após 20 minutos de intervalo, com o início de visita guiada às instalações do Palácio. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezessete horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezessete horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de março de 2011.

Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Mozart Vitor Serra



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

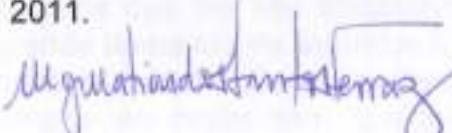
*6. Lee*  
*mona*




## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL


### Ata da 1175ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Palestra sobre Restauro do Pórtico em Cantaria do Museu Imperial de Petrópolis e visita guiada ao Museu.** Conforme deliberado na sessão anterior, o colegiado, acompanhado do Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Senhor Maurício Vicente Ferreira Junior, do arquiteto Fernando Barbosa, bem como da técnica responsável pela intervenção em pauta, a restauradora Andrea Polônio, visitou as instalações do Palácio em questão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezenove horas, marcando a próxima para o dia 21 de março, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de março de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto


  
Claudio Valério Teixeira

  
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

  
Italo Campofiorito

  
Mozart Vitor Serra

  
Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

  
Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1176ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, o colegiado assinou as Atas da 1172ª e 1173ª Sessões Plenárias. **2. Consulta Prévia relativa à construção de um hospital no terreno do imóvel à Rua das Laranjeiras, nº 304, denominado Palacete Modesto Leal.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Regina Mattos leu para o colegiado documento pelo qual o arquiteto autor da proposta em exame encaminha a respectiva documentação ao Inepac. Em seguida, passou a palavra à Conselheira Wilma da Rocha, que procedeu à leitura do parecer do arquiteto Alberto Taveira, do DPCN/Inepac, pelo qual a intervenção pretendida é encaminhada ao Conselho, para análise e pronunciamento. Dando início aos debates, o Conselheiro Mozart Vitor Serra indagou se o Inepac adota uma rotina, um modelo para apresentação dos projetos que lhe são encaminhados. Indagou, em seguida, se o Instituto, com tão grande demanda de assuntos a examinar, de fato precisaria ter analisado e elaborado parecer sobre a *Consulta Prévia* em tela, esta que, segundo seu entendimento, foi dirigida ao órgão sem qualquer formalidade, uma vez que foi encaminhada pelo arquiteto autor da proposta sem uma procuração do proprietário. O Conselheiro ressaltou, em seguida, o fato de não constar da *Consulta* em questão *Memorial Descritivo* ou estudos preliminares fundamentais à execução de uma intervenção de tão grande porte. Ainda segundo o Conselheiro, diante das razões expostas, o assunto em pauta não deverá sequer ser examinado pelo Conselho. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, referindo-se a não "*legitimidade*" do arquiteto para dirigir a proposta em tela ao Instituto, declarou que o parecer do DPCN/Inepac deveria ter levantado tal falha de procedimento, evitando-se o encaminhamento do assunto ao Conselho, uma vez que o mesmo "*não se reveste da formalidade essencial*". Entretanto, ressaltou o Conselheiro, tal exigência apenas adiará uma decisão sobre a intervenção pretendida, já que será juntada uma procuração à documentação atual, e reencaminhada a proposta ao Inepac. Em seguida, após deliberar-se pela retomada do assunto na sessão seguinte, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 21 de março de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos







SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 117ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Transparencia da Ceará

Alfredo Luiz Porto de Britto

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

*D. Alcântara*

Mozart Vitor Serra

*Mozart Vitor Serra*

Sabino Machado Barroso

*S. Machado Barroso*

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

*Wilma da Rocha*

Faint, illegible text from the meeting minutes, likely containing the agenda and discussion points.

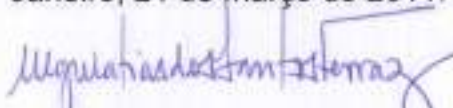
Faint, illegible text, possibly names of attendees or additional notes from the meeting.





## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

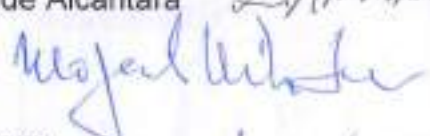
### Ata da 1177ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Consulta Prévia relativa à construção de um hospital no terreno do imóvel à Rua das Laranjeiras, nº 304, denominado Palacete Modesto Leal.** Ao final dos debates iniciados na sessão anterior, o colegiado deliberou *"não reconhecer por ora o pedido, uma vez que se acha apresentado por terceiro não legitimado"*, devendo o despacho do processo em exame ser redigido de acordo com os termos acima referidos. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 04 de abril, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 21 de março de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

  
Mozart Vitor Serra

  
Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

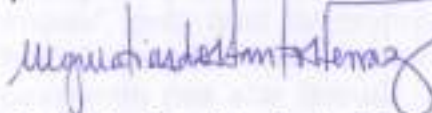
  
Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL


### Ata da 1178ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....


Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação das atividades desenvolvidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac em 2010.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Regina Mattos apresentou, por meio de "data-show", os trabalhos desenvolvidos em 2010 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac, órgão do qual é Diretora Geral. Com o término da apresentação, o colegiado parabenizou a Presidente pelo importante trabalho desenvolvido pelo Instituto no período. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2011.




Maria Regina Pontin de Mattos

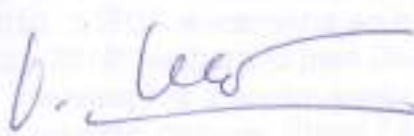
  
Alfredo Luiz Porto de Britto

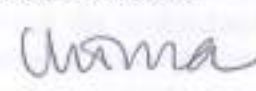
Claudio Valério Teixeira 

Italo Campofiorito 

Mozart Vitor Serra 

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda 

Wilma da Rocha 



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1179ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação de parecer do DPCN/Inepac sobre proposta do Superintendente Regional do IPHAN no Rio de Janeiro, o arquiteto Carlos Fernando Leão Andrade, para o prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS – UFRJ.** Nesta data, foi apresentado ao colegiado parecer do DPCN/Inepac sobre o assunto em tela, pelo qual, após histórico dos diversos acréscimos realizados na edificação ao longo de sua história, são elencadas as propostas de intervenção que tiveram por objetivo a "limpeza da volumetria" do imóvel, por meio da retirada dos "excessos cometidos nesse processo", as quais são, em resumo, a seguir registradas. Em **1989**, foi contratado o arquiteto Alfredo Luiz Porto de Britto/Grupo de Arquitetura e Planejamento – GAP, para elaboração de um "Projeto Básico de Restauração do Imóvel", pelo qual foi proposta a retirada do acréscimo do quarto andar do bloco frontal da edificação, bem como a complementação volumétrica do seu terceiro pavimento nas alas laterais, adotando-se como princípio "(...) recuperar a dignidade volumétrica da edificação, tomando por parâmetros a reforma do início do século XX e, conseqüentemente, devolvendo seu frontispício aos três pavimentos dessa época". E, ainda: "Oferecer uma solução para as demais fachadas que lhes proporcione o ritmo, a continuidade e a integração coerentes com a qualidade arquitetônica da edificação". Em **2008**, com a contratação do escritório Cândido Campos Arquitetura e Construção LTDA., com vistas à elaboração de um Plano Diretor para o imóvel, foi proposta uma intervenção em 3 fases, sendo que as duas primeiras foram aprovadas pelo Conselho, ficando apenas na dependência de maior detalhamento, tendo sido a terceira fase recusada, pois implicava a construção de um acréscimo contemporâneo. Foi previsto, ainda, que as intervenções se dessem em três etapas: "Habitabilidade, Restauração e Revitalização". Em **2010**, o IFCS encaminha ao Inepac o "Caderno de Restauração do Conjunto Arquitetônico 2010", elaborado pela Divisão de Preservação de Imóveis, contendo o conjunto de intervenções a serem executadas na edificação, estas restritas a fase de restauração prevista naquele Plano Diretor. Consta de tais intervenções a retirada do 4º pavimento do bloco frontal da edificação, bem como do terceiro pavimento dos blocos restantes. Em fevereiro de **2011**, a Divisão de Projetos e Imóveis Tombados – DIPRITI/ETU-UFRJ encaminha ao Inepac ofício relativo às "especificações para contratação de projetos executivos do Bloco Herculanó (o bloco frontal) e execução de obras de restauração de um trecho do referido bloco do IFCS", a partir do qual, segundo o parecer em tela "(...) se depreende que o Escritório Técnico da UFRJ estaria pronto para realizar a contratação desses serviços, caso os órgãos de tombamento dessem o seu aval". Pelo parecer em questão é ressaltado,

f. w. d. l. c.



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

em seguida: "No entanto, em 18 de fevereiro de 2011, o Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, o arquiteto Carlos Fernando Leão Andrade, encaminhou ao Inepac ofício (...) propondo que o Conselho Estadual de Tombamento analisasse uma proposta daquela Superintendência para a volumetria do prédio do IFCS". Sobre a referida proposta, pelo parecer em tela é ressaltado: "Se aprovada, alteraria profundamente a volumetria daquela edificação, tomando os atuais esforços do ETU-UFRJ inadequados". E, ainda: "A proposta do IPHAN compreende a retirada de vários acréscimos ocorridos ao longo dos anos, quais sejam: - Fachada principal-retirada/demolição do 4º pavimento; - Fachada da Rua Luís de Camões – retirada de todo o Prédio Central e, ainda, o 1º e 2º andares, de modo a deixar a fachada lateral da Antiga Catedral à mostra; - Fachada da Praça Alexandre Herculano – retirada de todo o Prédio Central e, ainda, dos dois acréscimos laterais (direito e esquerdo)". Em seguida, passando à análise das alterações propostas para a edificação, pelo documento, aponta-se: "A proposta apresentada pela UFRJ nos parece ser a ideal. Ela retira o acréscimo do quarto pavimento no bloco frontal e retira os acréscimos representados pelo terceiro e quarto pavimentos dos demais blocos. Além disso, ela retira a estrutura de concreto do pátio interno e não inviabiliza o funcionamento da biblioteca. A edificação retornaria a sua feição de 1940, excluído o acréscimo no pátio central. Como único senão desta proposta, apontamos a consolidação de um acréscimo existente num trecho do segundo pavimento na Rua do Teatro que, substituindo o atual, sem qualquer cuidado de execução, criaria um outro, mimetizando as fachadas já existentes". Quanto às alterações propostas pela Superintendência do IPHAN, pelo parecer em tela é analisado: "(...) parecem basear-se na busca de uma volumetria original da edificação ou de algo mais próximo deste original, com a valorização das estruturas da antiga Sé. No entanto, a forma como se deu a evolução do prédio do IFCS, por acréscimos de volumes nem sempre contíguos, dificulta o encontro desta conformação ideal. A proposta do IPHAN parece próxima a resultante das alterações de 1861, apesar de não corresponder à mesma, pois naquela seria mantida a volumetria posteriormente acrescida ao volume frontal, correspondente a mais um pavimento e um pórtico". Em seguida, após apresentação detalhada dos itens constantes da proposta em questão, é formulada a seguinte análise: "Algumas conseqüências adviriam desta proposta. Inicialmente, cabe destacar que todos os acréscimos posteriores a 1861 seriam retirados, salvo por um acréscimo de 1909 no bloco frontal. Isto se daria, aparentemente, por um julgamento estético que consideraria somente uma parte dos acréscimos de 1909 como sendo capazes de serem mantidos. Tal fato romperia uma lógica do desenvolvimento histórico da edificação, constituindo uma interferência projetual em obra de conteúdo histórico. Por outro lado, tais demolições inviabilizariam a permanência da instituição que atualmente ocupa o prédio, favorecendo a política de forçar a transferência de todas as unidades da UFRJ para a Ilha do Fundão". Por fim, pelo documento em tela é recomendada a "Proposta intermediária para execução imediata", nos termos a seguir: "Considerando que no atual momento a UFRJ deseja intervir no prédio do IFCS e do IH, e que aquelas instituições parecem concordar com alguma intervenção que não inviabilize suas presenças na edificação, vimos trazer uma proposta para intervenção imediata, que não inviabilize a execução futura da proposta considerada ideal. Tal proposta de intervenção na volumetria da edificação consistiria da retirada

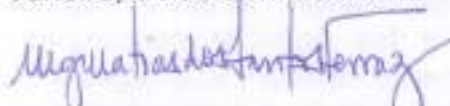
f:


15



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

do quarto pavimento do bloco frontal, da retirada da cobertura e dos pilares em concreto armado no pátio central, e da retirada do acréscimo existente em trecho do segundo andar na fachada da Rua do Teatro (figuras 10,11 e 12). Assim, seria possível avançar em direção à configuração ideal sem, no entanto, levantar resistências dos corpos docentes e discentes contra o projeto, o que fatalmente inviabilizaria sua execução neste momento". Com o término da apresentação, o colegiado deliberou não aprovar a proposta do Superintendente do IPHAN para o imóvel, uma vez que a mesma não parte de um "conceito" para a intervenção pretendida, bem como não leva em consideração o resultado final de tal intervenção e, ainda, o desejo de permanência da instituição no local, não sendo, por tais razões, recomendável a sua execução. Deliberou, ainda, aprovar a proposta intermediária contida no parecer técnico do DPCN/Inepac, ficando o Conselheiro Alfredo Luiz Porto de Britto de colaborar com o Instituto na complementação, caso se faça necessária, do citado documento, e de apresentar parecer sobre sobre a matéria em exame. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 11 de abril, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Claudio Valério Teixeira

  
Italo Campofiorito

  
Mozart Vitor Serra

Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

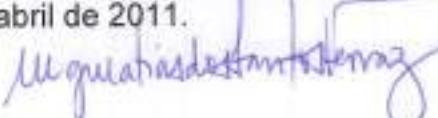
*absteiu-se do voto por tratar-se de assunto cefeto ao IPHAN*




## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1180ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima octogésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Visita ao ateliê de restauro da obra Guerra e Paz, de Cândido Portinari.** Nesta data, o colegiado, a convite do Conselheiro Claudio Valério Teixeira, visitou o ateliê montado no Palácio Gustavo Capanema para o restauro dos 28 (vinte e oito) painéis que compõem a obra "Guerra e Paz", criada por Cândido Portinari na década de 1950. A obra, que estava exposta na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, desde 1957, voltou ao país no final de 2010 para exposição e restauração, cujo objetivo é a recuperação de suas cores e texturas, trabalho minucioso que vem sendo executado por uma equipe de 18 (dezoito) técnicos, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Valério Teixeira. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Claudio Valério Teixeira


  
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

  
Italo Campofiorito

  
Mozart Vitor Serra

  
Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

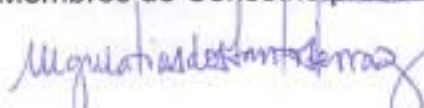
  
Wilma da Rocha



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1181ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima septuagésima octogésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Visita ao Ateliê de Restauro da obra Guerra e Paz, de Cândido Portinari.** Após conferir, acompanhados pelo Conselheiro Claudio Valério Teixeira, detalhes do processo de restauro das 6 (seis) peças do conjunto que estavam sendo trabalhadas nesta data, o colegiado teve acesso, ainda, a documentos sobre a história da obra e a objetos pessoais do artista, e ao laboratório de análise científica montado no local, o que possibilitou a observação, por meio de um microscópio, de todas as camadas de pintura das telas, sua textura, etc., o que em muito enriqueceu a visita em tela. Após o agradecimento de todos os presentes ao conselheiro Claudio Valério Teixeira, e nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 18 de abril, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

Maria Regina Pontin de Mattos

  
Alfredo Luiz Porto de Britto

Alfredo Luiz Porto de Britto

  
Claudio Valério Teixeira

  
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

  
Italo Campofiorito

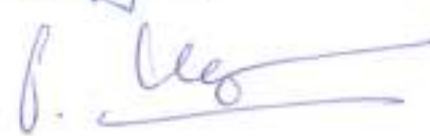
Italo Campofiorito

  
Mozart Vitor Serra


Mozart Vitor Serra

  
Sabino Machado Barroso

Sabino Machado Barroso

  
Victorino Chermont de Miranda

Victorino Chermont de Miranda

  
Wilma da Rocha

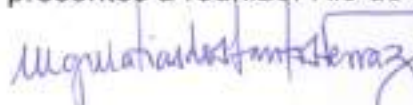
Wilma da Rocha




## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1182ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Pedido de vistas ao processo administrativo interno que trata da rejeição à impugnação do tombamento provisório da Área 1 dos Sítios Naturais de Armação de Búzios.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Regina Mattos apresentou ao colegiado o pedido de vistas ao processo administrativo interno que trata da rejeição à impugnação do tombamento provisório da Área 1 dos Sítios Naturais de Armação dos Búzios encaminhado ao Inepac pela empresa MIRAS Imobiliária e Administradora Ltda. através de seus advogados. Após o entendimento do colegiado segundo o qual a lei garante este direito ao requerente, foi acatada a solicitação em tela, que inclui, ainda, cópia do inteiro teor do processo referido. **2. Criação do Parque Estadual da Costa do Sol.** Convidada a participar da sessão, a arquiteta Maria Cristina Monteiro informou que, em 15 de abril pp., em evento ocorrido em Armação dos Búzios, o Governador do Estado assinou decreto criando o denominado Parque Estadual da Costa do Sol (PEC Sol). Tal informação deveu-se ao fato do Parque em questão (que se estendeu por seis Municípios fluminenses) ter abrangido os bens naturais tombados pelo Estado em Cabo Frio e Armação dos Búzios. No que se refere a este último Município, a arquiteta informou que o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, responsável pela elaboração da proposta, acatou pedido formulado pelo Inepac, incluindo no Parque os Sítios Naturais Áreas 1 e 2 em quase sua totalidade. Ao final desta breve exposição, o colegiado parabenizou a arquiteta pelo enorme empenho que tem dedicado ao tombamento em questão e pela grande conquista que a criação do Parque em tela representa para a preservação deste valioso patrimônio natural. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011.



Maria Regina Pontin de Mattos





Claudio Valério Teixeira

105



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *D. Alcântara*

Italo Campofiorito *Italo*

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda *V. Chermont*

Wilma da Rocha *Wilma*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1183ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

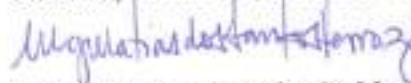
Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Alfredo Luiz Porto de Britto, Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Sabino Machado Barroso, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a Subsecretária de Estado de Cultura, Sra. Olga Campista, a Presidente da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro, Sra. Carla Camuratti e as arquitetas do Teatro, Cecília Modesto e Tânia Luz. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Nova versão de projeto para ampliação da passarela suspensa existente entre o Teatro Municipal do Rio de Janeiro e o prédio anexo.** Dando início à abordagem da matéria em exame, a Presidente Regina Mattos passou a palavra às arquitetas do Teatro Municipal, Tânia Luz e Cecília Modesto, que passaram a apresentar ao colegiado a nova versão do projeto em tela, encaminhado à análise do Conselho pela Subsecretária de Estado de Cultura, Sra. Olga Campista, presente à sessão. Após o exame detalhado do respectivo material pelo colegiado, o mesmo constituído de uma planta geral, elaborada pela empresa *Quorum Consultoria e Projetos*, e de conjunto de plantas de detalhamento das esquadrias, de autoria da *QDM Consultoria*, além de perspectivas (maquetes eletrônicas) que simulam o resultado de duas passarelas propostas para o local, teve início o debate pelos presentes. Referindo-se à passarela anteriormente pensada para o local, a arquiteta Tânia Luz declarou que a proposta atual apresenta uma estrutura mais leve, o que a difere da anterior, cuja estrutura, em material metálico, era muito marcante. Salientou, em seguida, que pela atual versão do projeto são propostas duas passarelas em vidro (uma menor, localizada no nível do palco, e outra mais acima, ligando a parte administrativa do Teatro ao prédio anexo), à maneira de duas caixas transparentes, desaparecendo, assim, as estruturas da passarela única proposta no primeiro projeto apresentado. Sobre o assunto, a arquiteta Cecília Modesto declarou que a proposta atual foi desenvolvida a partir de colocações do Conselho relativas à acentuada interferência da intervenção anterior na fachada do Teatro, bem como levou em consideração consulta junto ao arquiteto Glauco Campello sobre os atuais problemas do Teatro e suas possíveis soluções. A Presidente do Teatro, Sra. Carla Camuratti, indagou aos presentes se não seria o caso de se fazer uma só passarela, argumentando que, embora as atuais passarelas sejam leves e transparentes, a fachada da edificação, que se busca preservar, sofrerá duas interferências. Ainda segundo a mesma, uma passarela única ficaria *"mais bonito, mais arquitetônico"*. Em seguida, referindo-se à proposta anterior, declarou que, de fato, esta era muito pesada, e que o ideal seria fundir-se a leveza do projeto atual com a proposta de uma passarela única. Sobre o assunto, a Subsecretária Olga Campista declarou concordar, argumentando que uma interferência bem realizada talvez equacionasse o problema, criando-se uma estrutura única, o menos impactante possível. Em seguida, declarou que seria oportuno pensar-se sobre tal questão. O

*[Assinaturas manuscritas]*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Conselheiro Alfredo Luiz Porto de Britto, que reconheceu ter havido um esforço na realização da proposta atual, declarou preferir as duas passarelas, pois, segundo seu entendimento, uma única ligação suspensa nas dimensões anteriormente propostas dá a idéia de um terceiro volume, um novo prédio entre as duas edificações. Ainda segundo o Conselheiro, no caso das duas passarelas, "fica clara a intenção, o objetivo e o caráter do objeto que está sendo introduzido" na fachada histórica em questão. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou-se favorável à execução das passarelas propostas, desde que aquela localizada mais acima da fachada da edificação seja reversível. Segundo o Conselheiro, o local apropriado para ser a sala da diretoria do Teatro é o prédio anexo, o que não é possível no momento, em função do local estar ocupado indevidamente. Sobre o assunto, a Presidente Carla Camuratti declarou haver grande equívoco nas declarações do Conselheiro, argumentado, em seguida, que não é a localização da direção, tampouco a atual ocupação dos seus espaços os causadores dos atuais problemas do Teatro. Declarou, ainda, ter sido a responsável por toda uma organização dos espaços que vinham sendo ocupados erradamente, e que não é a mudança da atual localização da direção do Teatro que vai resolver o problema do fluxo entre os dois prédios, razão fundamental da intervenção pretendida. Em seguida, a Presidente Regina Mattos agradeceu a presença das visitantes, tendo sido acompanhada pelo colegiado. Por sua vez, também os visitantes agradeceram ao Conselho a oportunidade de apresentação da proposta em exame. Em seguida, com o término dos debates, o colegiado, reconhecendo a necessidade de alteração da passarela de ligação existente entre o Teatro Municipal do Rio de Janeiro e o prédio anexo, bem como considerando a possível reversibilidade, a qualquer tempo, da intervenção proposta, deliberou, por unanimidade, aprovar a versão atual (fevereiro de 2011- 2ª versão) do *Projeto para a construção das Passarelas 1 e 2 no Teatro Municipal*. A Presidente Regina Mattos declarou, por fim, que deverá ser encaminhada ao Inepac a análise estrutural da proposta ora aprovada, além dos respectivos projetos estrutural e executivo de arquitetura, indispensáveis ao acompanhamento técnico das obras pelo Instituto. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 02 de maio, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011.

  
Maria Regina Pontin de Mattos

Alfredo Luiz Porto de Britto

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Sabino Machado Barroso

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

*b. Lees*

*apstein. ac do voto  
projeto em tramite no IPAAN*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1184ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Esteve presente, ainda, a Secretária de Estado de Cultura, Adriana Scorzelli Rattes. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Posse da Diretora Geral Interina do Inepac, Olga Maria Esteves Campista, como Presidente do Conselho, e de Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra e Silvia Finguerut como novos membros do colegiado.** Presente à sessão para dar posse aos novos membros do Conselho, a Secretária Adriana Scorzelli Rattes, inicialmente, saudou a Senhora Olga Campista como Presidente do CET. Em seguida, saudou os Conselheiros reconduzidos Mozart Vitor Serra e Maria Regina Pontin de Mattos, além do Conselheiro Claudio Valério Teixeira, que não pode comparecer à sessão. Em seguida, apresentou a nova Conselheira, Silvia Finguerut, que, segundo declarou, em muito engrandecerá o trabalho do Conselho. Em seguida, após concluir as boas vindas aos referidos Conselheiros, declarou que outra razão de sua presença à sessão deve-se ao seu desejo de dividir com o colegiado o seu entendimento segundo o qual o funcionamento do Conselho deverá ser pensado como um *"apoio estratégico para a área de patrimônio no Estado"*. Declarou, ainda, que diferente do seu funcionamento ao longo dos anos, o CET, que *"esteve mais diretamente ligado ao dia a dia da análise e aprovação de projetos"*, *teria, a partir deste momento, reforçado o seu papel primordial*". Declarou, ainda, que, propositalmente, não foram nomeados todos os membros anteriores, uma vez que, ressaltou, sua intenção é ir aos poucos avaliando as personalidades e áreas de conhecimento que deverão compor o colegiado. Para tanto, deu como exemplo conversa que teve com o Conselheiro Mozart Vitor Serra sobre a importância de fazer parte de um Conselho de patrimônio alguém com visão econômica, a fim de ajudar a pensar como transformar políticas de preservação, que não raro são vistas pela sociedade como punição, em algo que gere valor econômico para os proprietários de bens protegidos. Em seguida, referindo-se a como se encontra a área de patrimônio dentro da Secretaria e ao empenho do Conselho na criação do Inepac como uma autarquia, informou que tal projeto, *"embora bastante interessante, não se adéqua às diretrizes do atual governo, em termos de reforma do aparelho do Estado"*. Completou, em seguida, que *"o Governo não pretende criar novas autarquias, pois não julga tal criação importante para a condução de políticas públicas, uma vez que o entendimento é que a tendência deste tipo de órgão dentro do Estado é inchar a máquina pública, tornando-a mais pesada e burocrática"*. Informou, em seguida, que a SEPLAG, após negar o pretendido, solicitou o reestudo do assunto, com vistas à criação de uma Superintendência de Patrimônio. Ainda segundo declarou, *"isto significa que será criada uma Superintendência bem estruturada, de modo a cumprir todas as missões que, em*

*SA*  
*SA*  
*SA*  
*SA*  
*SA*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

*princípio foram pensadas para o Inepac*". Em seguida, referindo-se à observação da Conselheira Regina Mattos relativa aos 2 (dois) anos de trabalho do Conselho com o objetivo de criação do Inepac como autarquia, a Secretária declarou que, inicialmente, ela própria pensou na criação da citada autarquia, tendo sido até mesmo surpreendida sobre a sua impossibilidade. Sobre o assunto, a Presidente Olga Campista declarou que tal mudança de proposta não significa que será perdido todo o trabalho feito. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou concordar com a Presidente, ressaltando que o importante é que não seja perdido o objetivo final, qual seja dotar o Estado de um instrumento que permita desenvolver as políticas públicas relativas à preservação do patrimônio. Ainda segundo o Conselheiro, não há razão para um "apego à forma", uma vez que, segundo declarou, "se a forma inicialmente escolhida não se mostrou possível, há que se entender que o conteúdo é o essencial, devendo-se pensar em como salvar o que é fundamental naquele projeto". Sobre o assunto, a Conselheira Sílvia Finguerut ofereceu os préstimos da Fundação Getúlio Vargas logo que a idéia esteja amadurecida pelo Inepac e Conselho. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, após argumentar que um processo como este costuma se alongar por muito tempo, o que, segundo declarou, seria muito prejudicial ao Inepac, propôs que a adaptação da lei de criação do Instituto com a Lei Substantiva de preservação do patrimônio ao modelo de Superintendência seja executada o mais rapidamente possível. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, acatando o oferecimento da Conselheira Sílvia Finguerut, argumentou que a Fundação Getúlio Vargas poderia fazer tal adaptação, esta que, em seguida, seria submetida ao Conselho e à Secretaria de Cultura. A Conselheira Sílvia Finguerut declarou que, em reunião na 6ª feira seguinte na citada Fundação, poderia abordar o assunto. Em seguida, a Presidente Olga Campista informou que a Secretaria, por meio do Inepac, lançou 2 (dois) Editais no valor de 2,5 milhões, um para projetos e outro para obras de restauro, e que será criada comissão, a ser nomeada em Diário Oficial, para seleção das propostas vencedoras, da qual constará um membro da equipe técnica do Instituto. A Secretária Adriana Rattes propôs que o CET compusesse tal comissão, declarando, em seguida, que, caso isto não seja possível, será importante que o Conselho passe a ser informado da realização destes Editais. Informou, em seguida, que será lançado, oportunamente, pela Secretaria de Cultura, edital na área de patrimônio para produção de filmes e audiovisuais, financiados com recursos do ICMS. Em seguida, após manifestar seu interesse em retomar e dar continuidade às questões relativas à legislação de patrimônio, indagou à Conselheira Regina Mattos em que estágio esta se encontra no Inepac e Conselho. Sobre o assunto, a Conselheira Regina Mattos respondeu que o trabalho se encontra concluído, restando proceder-se àquela adaptação ao modelo de Superintendência, conforme acima abordado. A Secretária Adriana Rattes informou que segundo cronograma da Secretaria, está prevista para maio de 2012, a entrega, à Assembléia Legislativa, de uma nova lei da Cultura, e que seria importante que a lei de patrimônio fosse encaminhada juntamente. A Conselheira Sílvia Finguerut declarou que, como novo membro do Conselho, gostaria de receber tal documentação. Sobre o assunto, o colegiado, acatando proposição da Presidente Olga Campista, deliberou que a legislação em tela fosse encaminhada para todos os presentes. Em seguida, a Secretária Adriana Rattes propôs a discussão do funcionamento do Conselho, a partir



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

da revisão do seu Regimento Interno, que sugeriu que fosse igualmente encaminhado aos presentes. Em seguida, a Conselheira Silvia Finguerut, dirigindo-se à Secretária, indagou o que se espera do Conselho. Em resposta, a Secretária respondeu que, como abordou brevemente no início da sessão, gostaria que o Conselho se debruçasse sobre questões estratégicas. Sobre o seu entendimento do que seriam tais questões, declarou que *"o Estado se encontra em um franco processo de desenvolvimento, o que, inevitavelmente, levará a embates muito grandes, conflitos e contraditórios no que se refere à preservação de patrimônio"*, razão pela qual, declarou, *"será importante que se comece a pensar numa visão sobre isso, o que queremos em termos de preservação do patrimônio dentro deste novo ambiente"*. Declarou, em seguida, a Secretária, que *"a melhor forma de preservar é, sabendo as possibilidades de uso de determinado bem, inculir na população, na sociedade, uma visão, uma mentalidade positiva com relação à preservação daquele patrimônio, caso contrário, será difícil segurar as pressões"*. Declarou, por fim, que outra questão fundamental é garantir os recursos para a restauração deste patrimônio, o que possibilitará a implantação de novos usos, quando for este o caso, aos imóveis recuperados. Sobre o assunto, o Conselheiro Mozart Vítor Serra declarou que tais idéias são muito bem vindas, propondo, em seguida, que o CET dedique suas primeiras sessões *"a pensar esse conjunto de estratégias, como o futuro do patrimônio, conforme aqui levantado, e, ainda, a relação com outras instituições, como o IPHAN e o patrimônio municipal"*. O Conselheiro ressaltou, ainda, o espanto que tem lhe causado a dificuldade de relacionamento com o patrimônio do município, algo que, segundo declarou, não precisaria ocorrer se, por exemplo, fossem realizadas pelos órgãos de preservação reuniões conjuntas semestrais, com o objetivo de coordenação das ações. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que *"o Conselho tem uma definição legal, uma razão de ser que está na legislação de patrimônio"*, razão pela qual, declarou, *"o que está em causa é que o governo precisa dizer quais são as demandas do Estado, quais são essas necessidades de desenvolvimento, para que o CET busque fazer um exame em função disso"*. Ainda segundo o Conselheiro, *"não cabe ao Conselho dizer como o governo vai conduzir o desenvolvimento. O Conselho vai se posicionar a partir do projeto que for definido, vai colocar a visão de órgão de patrimônio, procurando uma sinergia"*. E, ainda: *"O Conselho não existe para ser um órgão de oposição ao Governo, mas, entretanto, tem uma finalidade intrínseca. E, como um órgão de assessoramento, tem que conhecer o projeto, quais são as dificuldades, para encontrar a solução"*. Declarou, em seguida, o Conselheiro: *"Muitas vezes, o diálogo conduz à solução. As soluções podem não ser inicialmente coincidentes, mas podem ser encontrados caminhos que atendam às duas demandas: a do desenvolvimento, da necessidade do Estado e da preservação dos bens"*. Por fim, ressaltou: *"No entanto, há, momentos em que os interesses são igualmente legítimos, igualmente relevantes (...) o caminho, então, o poder legitimado para decidir o conflito, a divergência, é o Governador do Estado"*. Concluindo sua exposição, a Secretária Adriana Rattes declarou que não estava se referindo apenas a momentos de conflito, mas, também, a exemplos bem sucedidos, em que ocorreu o que chamou de *"uma agenda positiva de patrimônio"*, como nos casos de Miracema e Parati, razão pela qual ressaltou a importância do apoio do CET mencionado anteriormente. Por fim,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'A'.



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

agradeceu a todos os presentes pela atenção, antes de dar início à abordagem do item seguinte da pauta. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2011.

*Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz*

- Olga Maria Esteves Campista *Olga Maria Esteves Campista*
- Dora Monteiro e Silva de Alcântara *Dora Monteiro e Silva de Alcântara*
- Maria Regina Pontin de Mattos *Maria Regina Pontin de Mattos*
- Mozart Vitor Serra *Mozart Vitor Serra*
- Silvia Finguerut *Silvia Finguerut*
- Victorino Chermont de Miranda *Victorino Chermont de Miranda*
- Wilma da Rocha *Wilma da Rocha*



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO

Ata da 1185ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento  
do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Campista, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Esteve presente, ainda, a Secretária de Estado de Cultura, Adriana Scorzelli Rattes. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1) Implantação do Projeto Nave do Conhecimento no interior do Parque Recanto do Trovador (antigo Jardim Zoológico) em Vila Isabel.** Dando início à apresentação do projeto em tela, a Secretária Adriana Rattes informou que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro resolveu intervir no Parque em questão, um espaço anteriormente ocupado pelo tráfico e que, com a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, bem como do projeto em exame, poderá, finalmente, ser devolvido à comunidade local. Em seguida, referindo-se à razão do assunto ter sido trazido ao Conselho, declarou que embora a intervenção proposta não esteja localizada em área preservada, pois está prevista para trecho já descaracterizado do Parque, ela interfere no bem tombado em questão. Declarou, ainda, que o *Parque Recanto do Trovador* era originalmente muito maior e que, infelizmente, ao longo dos anos, foi sendo “retalhado” para dar lugar a várias intervenções, entre estas “a enorme estrutura da Vila Olímpica”, que, ressaltou, foi aprovada pelo Inepac, em 2003. Informou, em seguida, que o equipamento referido está sendo completamente recuperado e que, sob a administração da Secretaria de Educação, atenderá aos alunos das várias escolas localizadas na região. Em seguida, mostrando ao colegiado as plantas da intervenção em exame, ressaltou que o prédio a ser construído no local, segundo a Riourbe, ocupará menos de 1% (um por cento) do terreno original do Parque. Ressaltou, ainda, que embora esteja proposto para área localizada no interior do Parque tombado, o projeto, entretanto, será implantado em quadra já existente de terreno cimentado e outra de grama sintética, não possuindo qualquer cobertura vegetal original. Em seguida, referindo-se ao partido adotado pela Prefeitura para a implantação do projeto no interior do Parque, declarou que a área em questão carrega um estigma por parte da população local, pois era usada privadamente por indivíduos do tráfico, que, além do uso do local para suas atividades, alugavam o espaço para a realização de festas. Assim, segundo a Secretária, para a Prefeitura o local precisa ser

R:

u  
SA  
b  
f  
R



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

recuperado como espaço público para toda a comunidade que o circunda. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos, mostrando ao colegiado as plantas da construção prevista para o local, argumentou que, embora pareça ter dimensões bastante maiores, a edificação tem apenas 350 (trezentos e cinquenta) metros quadrados, isso no interior de uma área de 57000 (cinquenta e sete mil) metros quadrados. A Presidente Olga Campista declarou que no primeiro pavimento estão localizados os banheiros, a parte administrativa e de depósitos e as salas de exposições, e que uma rampa leva ao piso superior de, aproximadamente, 80 (oitenta) metros quadrados, onde ficará localizado o setor de computadores. A Secretária Adriana Rattes informou que o mesmo projeto será implantado em outras comunidades, numa proposta de reintegração dessas comunidades à cidade. A Conselheira Dora Alcântara indagou se não haveria um terreno fora do Parque tombado para a implantação do projeto em exame. A Presidente Olga Campista informou que, segundo levantamento da Prefeitura, não há outro terreno disponível. Sobre a questão, a Secretária Adriana Rattes declarou que a área no entorno do Parque é densamente povoada por uma população muito empobrecida e que durante décadas tem vivido sob o jugo do tráfico, que se apoderou do local e que, só agora, com a implantação da UPP, foi dali retirado. Ressaltou, em seguida, que, pelas razões acima relatadas, a Prefeitura pretende justamente ocupar o Parque, devolvendo-o à comunidade. A Conselheira Regina Mattos, referindo-se à implantação do projeto como um todo, informou que o gradeamento antigo está sendo restaurado, além de elaborada a sinalização do local. Complementando tal informação, a Secretária Adriana Rattes informou que algumas obras já estão em curso, como a recuperação de todo o jardim histórico, das trilhas, da área de botânica, dos lagos, bem como sendo criados espaços destinados à recreação das crianças. A Conselheira Dora Alcântara declarou que, ao examinar nas plantas o local escolhido para a implantação do prédio em estudo, o que lhe vem em mente é o desejo de recuperação da vegetação deste local, e que lhe preocupa a aprovação de mais um recorte do Parque tombado. A Secretária Adriana Rattes argumentou que está prevista no projeto a recuperação de parte da vegetação no entorno do prédio em tela, e que caso a sua implantação viesse a exigir a destruição da vegetação original do Parque, ela própria não estaria empenhada na aprovação do mesmo. Argumentou, ainda, que o recorte da área, segundo seu entendimento, infelizmente já foi feito. A Conselheira Silvia Finguerut, mencionando o caráter social da intervenção, declarou não ver qualquer problema com a ocupação do local mas que, entretanto, o projeto arquitetônico não é bom esteticamente, sendo até mesmo "agressivo". Declarou, ainda, que, segundo seu entendimento, não haveria um prejuízo ao patrimônio com a ocupação pretendida, mas que seria fundamental que o projeto a ser implantado possuísse maior qualidade estética para a cidade

A:

u  
a  
f  
an



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

como um todo. Destacou, em seguida, que seria igualmente importante uma contrapartida relativa à educação patrimonial. Sobre o assunto, a Secretária Adriana Rattes declarou que poderia concordar que o projeto arquitetônico não é bom, mas que a questão em exame é se o projeto pode, ou não, ser implantado no local. Ressaltou, ainda, que não será viável qualquer alteração no projeto, uma vez que se trata de *"uma espécie de marca"* da Prefeitura, a ser implantada em outras comunidades. Sobre a contrapartida de educação patrimonial acima mencionada, a Presidente Olga Campista argumentou que, além da arborização de toda a área, a justificativa do projeto *Nave do Conhecimento* se dá justamente no campo educacional e que, sendo assim, poderia abarcar a educação patrimonial. Em seguida, referindo-se à preservação do local, declarou que, segundo seu entendimento, é a ocupação qualificada deste espaço pela população que garantirá tal preservação. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que, do ponto de vista urbanístico, o projeto em exame poderá ser bom para a cidade. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que, diante da atual realidade da área em questão, os serviços que serão oferecidos com a implantação do projeto representarão mais para a população local, que é carente de quase tudo, que a arborização das áreas degradadas do Parque. Ainda segundo o Conselheiro, trata-se de *"um sacrifício de dois bens relevantes"*, e que no caso em questão sua opção será sacrificar a paisagem do Parque, uma vez que *"o interesse social é mais relevante numa área conflituosa como a área em questão"*. A Conselheira Wilma da Rocha declarou entender que o que deve ser pensado é que se trata de um parque tombado e que, por esta razão, não deveria ser mais uma vez recortado. A Secretária Adriana Rattes declarou que não está sendo proposta uma intervenção num jardim histórico, mas para uma área já degradada do Parque. A Conselheira Wilma da Rocha argumentou, então, se não seria o caso da aprovação do projeto ser acompanhada de recomendação expressa segundo a qual o *Parque Recanto do Trovador* não deverá ser novamente recortado para abrigar novas intervenções. A Presidente Olga Campista declarou que a própria urbanização do local que está sendo realizada e, por outro lado, a aprovação do conjunto da intervenção pelo Conselho, garantiriam que o Parque não seria objeto de novo desmembramento. A Conselheira Regina Mattos argumentou que seria o caso de aprovar-se a intervenção proposta com as ressalvas apresentadas pelo colegiado no decorrer da sessão: que seja expressamente estabelecido que não será admitido novo recorte do *Parque Recanto do Trovador* e que seja encaminhada à Prefeitura recomendação no sentido de que nos futuros projetos para a cidade se atente para a importância da produção de uma arquitetura de maior qualidades estética e que se integre de forma harmoniosa ao meio ambiente no qual está inserida. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que o que importa deixar claro é o valor

f.

u  
LA

b

an

f



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

do Parque, sua relevância histórica, e a importância de sua preservação para a cidade, apenas se admitindo a intervenção em causa pela excepcionalidade dos motivos explicitados no decorrer da sessão. Ao final dos debates, o colegiado deliberou, por maioria de votos, aprovar o projeto em exame. A Conselheira Dora Alcântara, pelas razões relatadas, solicitou o registro de seu voto discordante da aprovação concedida. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte horas, ficando a próxima a ser marcada e, oportunamente, informada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2011.

*Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz*  
*Olga Campista*  
Olga Campista

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *D. Alcântara*

Maria Regina Pontin de Mattos *Maria Regina Pontin de Mattos*

Mozart Vitor Serra *Mozart Vitor Serra*

Silvia Finguerut *Silvia Finguerut*

Victorino Chermont de Miranda *V. Chermont de Miranda*

Wilma da Rocha *Wilma da Rocha*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1186ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Esteve presente, ainda, a arquiteta Dina Lerner, do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Editais – Edição 2011.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Olga Campista falou ao colegiado sobre a abertura de diversos Editais pela Secretaria de Cultura, iniciativa que teve início no ano passado, e cujo objetivo é promover e apoiar atividades culturais em todo o Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, referindo-se especificamente à área de *Memória e Patrimônio*, informou estarem em andamento na SEC vários *Editais de Chamada Pública*, estes cujos recursos investidos são da própria Secretaria: 1. *Memória Fluminense - Inventário do Acervo Cultural*, que tem por objetivo selecionar projetos de incentivo à produção documental, o levantamento e a pesquisa, bem como estudos históricos e Inventários sobre o patrimônio cultural do Estado; 2. *Memória Fluminense – Elaboração de Projetos de Restauo do Patrimônio*, que objetiva apoiar a elaboração de projetos de restauro, manutenção e/ou adaptação para novos usos de imóveis constituintes do patrimônio cultural fluminense e que contribuam para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas na área de patrimônio cultural, para a produção, promoção e difusão de bens culturais, e para a defesa e a valorização do patrimônio cultural; 3. *Memória Fluminense – Execução de Restauo e Preservação*, voltado ao apoio de projetos de execução de restauro e preservação de bens tombados; 4. *Memória Fluminense – Livros de História e Patrimônio Local ou Regional*, que objetiva selecionar projetos voltados ao incentivo da produção documental, levantamento e pesquisa e estudos históricos e Inventários sobre o patrimônio cultural fluminense. Em seguida, referindo-se aos itens 2 e 3, esclareceu que se trata de uma primeira experiência, cujo objetivo, em linhas gerais, é incentivar a elaboração de projetos de restauro de bens tombados tanto a nível municipal, estadual ou federal, e para os quais estão sendo disponibilizados 750 mil reais, e a execução de pequenas obras nesses bens, para as quais estão destinados 2 milhões de reais. Informou, ainda, que estão incluídos bens tombados privados, mas que, em se tratando de verba pública, apenas imóveis de uso público poderão ser contemplados, após seleção e aprovação por uma comissão avaliadora. Em seguida, informou que foram abertos, ainda, Editais voltados a projetos de obras com recursos do ICMS, dando como exemplo a aprovação de projeto de restauro de Paraty-Mirim. Em seguida, referindo-se ao item 4, mencionou o lançamento do II Volume do Inventário de Arte Sacra Fluminense, a reedição do Guia dos Bens Tombados pelo Estado e a atualização do Guia do Patrimônio Imaterial do Estado, os dois últimos em andamento. Por fim, falando sobre o que definiu como uma terceira frente de trabalho, mencionou as chamadas *Licitações Públicas*. Sobre estas

PM

SA

f

W



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

informou que está sendo licitado um programa de projetos para estudos voltados ao tombamento definitivo de bens tombados pelo Estado e que se encontram em estágio provisório, trabalho que vem sendo coordenado pela arquiteta Dina Lerner, do DPCN/Inepac. Chamada a participar da sessão pela Presidente Olga Campista, a citada arquiteta informou que, anos atrás, a ex-Conselheira Lia Motta realizara um minucioso levantamento destes bens, não tendo havido, entretanto, naquele momento, oportunidade de se levar adiante este trabalho. Em seguida, informou que hoje, quando se somou à preocupação da Secretária Adriana Rattes de que seja realizado tal trabalho a possibilidade de recursos e contratação de pessoal para o mesmo, a idéia foi retomada. Em seguida, a arquiteta procedeu à leitura do programa, intitulado "Estudos Especializados voltados à Instrução dos Processos de Tombamento Provisórios de Bens Culturais com Vistas ao Tombamento Definitivo". Quanto aos bens selecionados, após justificativa detalhada de tais escolhas, no documento em tela são elencados: 1. Conjunto urbano da extinta Vila Urbana de Iguazu; 2. A Vila de Estrela; 3. Caminhos de Minas; 4. Conjunto de 14 coretos; 5. Praça São Salvador, em Campos; 6. Igrejas e Capelas, em Magé e Guapimirim; 7. Largo de São Benedito e Adjacências, em Cabo Frio; 8. Charitas e Palácio das Águias, em Cabo Frio; 8. Um total de 9 (nove) imóveis em Niterói; 9. Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Industrial de Paracambi; e 10. Um total de 11 (onze) bens localizados no Município de Nova Iguaçu. Por fim, a arquiteta declarou tratar-se de um conjunto de bens muito heterogêneo, bastante simbólico e importante para a história do Inepac. Ao final da leitura do documento, cuja extensão e complexidade não torna possível o seu registro na presente Ata, o colegiado foi unânime em parabenizar tal iniciativa, bem como todo o trabalho que vem sendo realizado. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2011.

*Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz*  
*Olga Campista*  
Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira *Cláudio Valério Teixeira*

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *Dora Monteiro e Silva de Alcântara*

Maria Regina Pontin de Mattos *Maria Regina Pontin de Mattos*

Mozart Vitor Serra *Mozart Vitor Serra*

Silvia Finguerut *Silvia Finguerut*

Victorino Chermont de Miranda *Victorino Chermont de Miranda*

Wilma da Rocha *Wilma da Rocha*



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO

Ata da 1187ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento  
do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, os arquitetos do DPCN/Inepac Marcos Bittencourt e Denise Mendes. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: 1) **Pedido de informações dirigido ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac pelo Senhor Gilberto Duarte relativo à possibilidade de venda e transferência de Estado da tela *A primeira Missa no Brasil*, de autoria de Cândido Portinari, localizada no antigo Edifício Sede do Banco Boavista Interatlântico S.A, à Praça Pio X, nº 118, Centro do Rio de Janeiro.** Dando início à apresentação do assunto em exame, a Conselheira Regina Mattos relatou que, em julho do ano de 2000, o Conselho examinara solicitação de autorização, por parte do Banco Boavista, então proprietário do imóvel, para a remoção do painel em questão do local. Lembrou, em seguida, que, na ocasião, o Relator do processo, o Conselheiro Jair Valera, expediu parecer contrário à remoção pretendida, após entendimento segundo o qual a obra de arte era parte integrante do projeto original do prédio tombado. Informou, em seguida, que, em setembro do mesmo ano, a Senhora Maria Cecília Pedrosa de Paula Machado recebeu, por meio de doação, a obra em questão, tendo levantado a necessidade de recuperação do painel e a possibilidade de sua venda. Em seguida, a Conselheira leu correspondência dirigida ao Conselho em janeiro de 2001, pelo qual a referida proprietária comunica: "(...) *estou em negociação para a venda do painel, condicionando, entretanto, em respeito à cláusula de tombamento decretado pela Secretaria de Estado de Cultura (...) a garantia absoluta, que seja adquirida por organização cultural pública ou privada, que lhe faculte colocação segura em local privilegiado de fácil acesso ao grande público*". Pelo mesmo documento, é solicitada "(...) *autorização do Conselho que, no momento oportuno, salvaguardados os cuidados necessários para sua integridade, fazer o traslado da obra de arte para o novo local a ser indicado*". Por fim, a Conselheira Regina Mattos informou que o assunto foi mais uma vez submetido ao Conselho, e que em 20 de março, durante a 550ª Sessão Plenária, o mesmo Conselheiro-Relator Jair Valera apresentou parecer, aprovado por unanimidade nesta data, pelo qual conclui: "*Considerando a intenção da correta*

*Handwritten signatures and initials:*  
A: DA f b   
lw



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO

destinação e as obrigações assumidas pela Sra. Maria Cecília, sugiro que "(...) a saída da tela seja somente liberada após a comunicação comprovada do novo destino da obra de arte, futura proprietária e responsável pela sua guarda, manutenção e exposição. Que essa organização cultural seja apta nesses quesitos, em obras deste porte, e esteja localizada no Rio de Janeiro, pois a ela está associada historicamente. A indiscutível ligação existente entre o prédio e a obra deverá assim ser perpetuada". Em seguida, indagada pelas Conselheiras Wilma da Rocha e Sílvia Finguerut se a tela em questão é parte integrante, ou não, do imóvel tombado, a Conselheira Regina Mattos respondeu que a obra está tombada mas que, entretanto, não é parte integrante do imóvel igualmente protegido, podendo ser removida do local, conforme entendimento consolidado no último parecer do Conselheiro Jair Valera sobre o assunto. Em seguida, ao final dos debates, em resposta à presente solicitação, o colegiado deliberou reiterar o citado parecer, e que o Inepac seja informado, antecipadamente, se o eventual pretendente atende aos requisitos nele contidos. Deliberou, ainda, que seja ressalvado ao requerente que o Estado do Rio de Janeiro tem o Direito de Preferência na venda em questão. **2. Plano de Massas para o Campus da Faculdade de Medicina de Petrópolis.** Convidado a participar da sessão para relatar o assunto em pauta, o arquiteto do DPCN/Inepac Marcos Bittencourt informou que os terrenos em questão integram o conjunto urbano-paisagístico da Rua Barão do Rio Branco, tombado pelo Estado em 1998. Informou, em seguida, tratar-se da terceira consulta ao Conselho sobre intervenções no local, tendo sido as primeiras, em 2002 e 2005, analisadas pelos ex-Conselheiros Rui Rocha Velloso e Thays Pessotto, respectivamente. Sobre tais análises, informou que, em 2002, por ocasião do encaminhamento de projeto para a execução do "Bloco de Anatomia" da Instituição, o parecer do Conselho já manifestara preocupação com a ocupação das encostas, razão pela qual foi levantada a necessidade de elaboração de um Plano Diretor de ocupação da área, bem como definidos critérios de ocupação da mesma. Em seguida, referindo-se ao projeto encaminhado ao Inepac em 2005, relatou tratar-se da construção de um ginásio poliesportivo e piscina, e que o CET deliberou que o mesmo não poderia ser aprovado, pois estava em desacordo com o parâmetro estabelecido na Resolução do Tombamento, segundo o qual as construções no local não podem ultrapassar os 8,50m de altura. Relatou, ainda, que, entretanto, pelo mesmo parecer o Conselho, levando em consideração tratar-se de uma Instituição de ensino, bem como o fato de já ter sido aprovado pelo colegiado a parte do complexo educacional já edificada, deliberou que poderia reexaminar o projeto em questão, desde que fosse apresentado um "Plano Diretor de uso geral da gleba, com especificação dos tamanhos dos lotes, previsão das novas edificações e respectivos usos, taxa de ocupação da área como um todo, tipo de vegetação e

A:

SA f

de

W  
An

W



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

as demais informações pertinentes". Informou, em seguida, o arquiteto, que tais estudos foram realizados, e que o *Plano de Massas* ora em exame é o resultado dos mesmos, mas que, pela proposta atual de intervenção, além daquele ginásio poliesportivo, é prevista a construção de outro bloco composto de três (3) novas edificações, destinadas a laboratórios e salas de aula. Em seguida, o arquiteto apresentou parecer de sua autoria e da arquiteta Denise Mendes, pelo qual, após exposição e análise detalhadas da intervenção em estudo, conclui: "A área em questão vem sendo objeto de intervenções sucessivas e o terreno hoje se encontra bastante adensado, considerando as características locais, alterando de forma significativa o espaço protegido, tradicionalmente ocupado por construções residenciais de um ou dois pavimentos, implantadas próximas ao arruamento e com amplas superfícies de encostas verdes aos fundos. Notam-se ao longo da Av. Barão do Rio Branco algumas exceções a esse padrão como, por exemplo, as edificações tombadas de grandes dimensões e implantação privilegiada, do Carmelo de São José e do Seminário São Vicente de Paulo, esta última junto à Faculdade de Medicina. Tais construções destacam-se no conjunto tombado como elementos pontuais na paisagem, que a ela se integram pelas suas referências históricas e arquitetônicas. Entendemos que o adensamento de construções de grande porte em destaque na paisagem local não contribui para a manutenção dos aspectos acima descritos. Os projetos apresentados prevêem volumetrias consideráveis e alturas incompatíveis com os parâmetros estipulados". Em seguida, dando início ao debate, a Conselheira Silvia Finguerut declarou que, segundo seu entendimento, trata-se de uma interferência bastante significativa, e que a intervenção em estudo avança pela encosta, sendo o caso de pensar-se nas chuvas que resultaram nas recentes tragédias ambientais na região serrana do Rio de Janeiro. Por fim, a Conselheira manifestou-se contrária à intervenção pretendida, argumentando, para tanto, que se trata de um tombamento urbano-paisagístico, e que caso seja concedida uma aprovação hoje, isso acabará por incentivar o desmatamento de novas áreas para a implantação de novas construções. Declarou, ainda, que o Conselho só deverá abrir mão de área quando a proposta agregar valor ao tombamento. A Presidente Olga Campista argumentou se não seria o caso de procurar-se o arquiteto responsável pela intervenção, indagando-lhe sobre suas demandas, bem como sobre a possibilidade de apresentação de novo projeto, o menos impactante possível. Argumentou, ainda, que para se evitar futuras construções, deverá ser elaborado um Plano Diretor que estabeleça os limites das intervenções no local, colocando-se, desta forma, um ponto final nas mesmas. Encerrando os debates, a Conselheira Regina Mattos, após lembrar que propostas de intervenções no local já foram submetidas ao Conselho em algumas ocasiões, e que nestas foram tomadas importantes decisões, propôs que fosse recuperada a cronologia de tais

A:

SA f

A

Am  
An

W



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

análises, com vistas à reapresentação do projeto em exame ao colegiado, e posterior distribuição do mesmo para análise. O arquiteto Marcos Bittencourt propôs que fosse escolhido, nesta data, um Conselheiro-Relator para trabalhar juntamente com técnico do DPCN/ Inepac no estudo do assunto em tela, cabendo ao último providenciar a cronologia sugerida pela Conselheira Regina Mattos. Proposta aceita pelo colegiado, o projeto em tela foi distribuído à Conselheira Wilma da Rocha, para a citada análise e posterior elaboração de parecer. **3. Recurso relativo a projeto de modificação e acréscimo no imóvel situado à Rua Coronel Veiga, nº 1448, em Petrópolis.** Dando início à apresentação do assunto em pauta, o arquiteto Marcos Bittencourt, do DPCN/Inepac, informou tratar-se de recurso dirigido ao Instituto pelo arquiteto autor do projeto, relativo à transformação do imóvel de uso residencial para comercial, uma concessionária de veículos. Informou, ainda, que o imóvel em questão integra a área de tutela do conjunto arquitetônico da Rua Coronel Veiga, tombado pelo Estado em 1998. Em seguida, leu parecer do citado Departamento, pelo qual, após apresentação e análise da intervenção proposta, é avaliado: *"Na análise do projeto, constatou-se que a nova proposta produzirá um impacto ainda maior no assentamento tradicional que caracteriza o conjunto tombado, na relação entre os ambientes naturais e construídos. Verificou-se, também, que não houve por parte do projeto, uma preocupação em respeitar os padrões edilícios e de ocupação que configuram a área tombada na qual o projeto se insere"*. Em seguida, sobre a justificativa da proposta apresentada pelo requerente, a arquiteta Denise Mendes informou que o mesmo alega que, em razão das características do terreno, de grande profundidade e em active, não é possível executar os afastamentos laterais com relação às edificações vizinhas tombadas, uma vez que isto comprometeria o programa de implantação da concessionária, que deverá obedecer a padrões fixados pela montadora. Respondendo à Conselheira Silvia Finguerut, que propôs que o responsável pela intervenção seja chamado para ser esclarecido quanto ao que é possível, e o que não será permitido no local, o arquiteto Marcos Bittencourt informou que isto já aconteceu diversas vezes, e que um complicador são as licenças de obra concedidas pela Prefeitura. Sobre a questão, o Conselheiro Mozart Vitor Serra argumentou que, sendo assim, seria o caso de se procurar estabelecer um diálogo com a Prefeitura, com o objetivo de se discutir a questão de uma forma global, evitando-se a provável futura favelização desta área da cidade. Ainda segundo o Conselheiro, há que se discutir um projeto para o local, não sendo o caso de exame caso a caso. A Presidente Olga Campista concordou, acrescentando, em seguida, que nos casos de bens localizados nas áreas de entorno de imóveis tombados, é preciso se considerar que se trata de uma cidade e que, como tal, não poderá permanecer "engessada", sendo o caso de estabelecer-se uma negociação com os requerentes, com o objetivo de se buscar

A:

de  
Mozart Vitor Serra  
MVS




**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

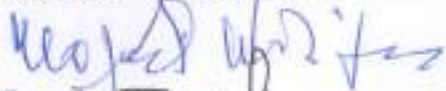
intervenções de melhor qualidade. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, lembrando haver outros casos semelhantes a este, além dos freqüentes pedidos de destombamento, declarou que é preciso que o Inepac e Conselho se antecipem, avaliem o problema e definam critérios, a fim de evitar-se que os órgãos de preservação fiquem a reboque desse tipo de demanda. Ainda segundo o Conselheiro, por esta razão, toda a área deverá ser reestudada, elaborando-se um diagnóstico da situação, identificando-se os "problemas" a serem enfrentados. Ainda segundo o Conselheiro, para tanto, além da Prefeitura, deverá ser ouvida a comunidade local. A Presidente Olga Campista concordou com o Conselheiro, declarando que, pela sua experiência, seminários sobre patrimônio funcionam como importante instrumento de discussão e conscientização destas comunidades, que passam a se mostrar grandes aliadas na preservação dos seus bens locais. Quanto à resposta a ser dada ao presente recurso, O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que, na óbvia impossibilidade do citado reestudo ser realizado no momento, seria o caso de indeferimento do mesmo baseado no não cumprimento, por parte do requerente, das recomendações técnicas apresentadas pelo Inepac, o que ficou claro com a leitura do parecer lido nesta data. Ao final dos debates, o colegiado, acatando parecer técnico do DPCN/ Inepac, segundo o qual não foram atendidas pelo requerente as recomendações técnicas apresentadas pelo referido Departamento, deliberou pelo indeferimento do recurso em exame. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezenove horas, ficando a próxima a ser marcada e oportunamente comunicada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2011.

  
Olga Campista

Claudio Valério Teixeira 

Dora Monteiro e Silva de Alcântara 

Maria Regina Pontin de Mattos 

Mozart Vitor Serra 

Silvia Finguerut 

9



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO**

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten mark]*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1188ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Sílvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Marcos Bittencourt e a Diretora do DPCN/Inepac Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Plano de Massas para o Campus da Faculdade de Medicina de Petrópolis. (apresentação de parecer pela Conselheira-Relatora Wilma da Rocha).** Abrindo os trabalhos, a Conselheira-Relatora Wilma da Rocha, após agradecer ao arquiteto Marcos Bittencourt pelos esclarecimentos que lhe prestou sobre o assunto em análise, sobretudo por tratar-se do tombamento de um conjunto urbano-paisagístico, deu início ao que chamou de *breve histórico* da implantação da Faculdade de Medicina de Petrópolis no local, cujo início deu-se em 1999, quando o Inepac e Conselho foram consultados sobre a construção de uma primeira edificação na área, o prédio principal do estabelecimento de ensino em tela. Em seguida, informou que já naquele ano foram estabelecidos parâmetros e diretrizes para a ocupação dos respectivos terrenos, que são parte integrante do conjunto urbano-paisagístico da Avenida Barão do Rio Branco. A Conselheira lembrou que entre tais parâmetros foi estabelecida a altura máxima para as novas edificações no local, que não poderiam ultrapassar 8,50 (oito metros e meio), aí incluídos todos os elementos construtivos, bem como a necessidade de um afastamento frontal de 88,00 (oitenta e oito metros) da Avenida Barão do Rio Branco, a partir dos alinhamentos dos lotes voltados para o logradouro. A Conselheira lembrou, em seguida, que ainda durante a execução do primeiro projeto apresentado, novas intervenções foram sendo propostas para o local, como, por exemplo, a execução do "Bloco de Anatomia" da Instituição, e que, nesta ocasião, por meio de pareceres dos ex-Conselheiros Rui Velloso e Thays Pessotto, o Conselho manifestou preocupação com a ocupação das encostas dos terrenos, deliberando pela exigência de elaboração de um *Plano Diretor* de ocupação da área, bem como pela definição de critérios de ocupação da mesma. Em seguida, mencionou que por ocasião do encaminhamento de *Projeto para a construção de um Ginásio Poliesportivo e Piscina*, o Conselho deliberou negar sua execução, uma vez que este previa a construção da quadra poliesportiva sobre um dos platôs superiores existentes no terreno, o que resultaria numa intervenção com altura total de, aproximadamente, 12,00m (doze metros) e, portanto, se encontrava em desacordo com a altura máxima permitida para as novas construções no local, os 8,50m acima citados. A Conselheira ressalta, em seguida, que a proposta ora em estudo não está acompanhada do *Plano Diretor* solicitado, tratando-se apenas de um projeto específico, elaborado em atendimento a um programa da instituição, sem qualquer plano de ordenação para o local. A Conselheira ressaltou, ainda, que pela proposta atual, além do ginásio poliesportivo

R: SA y An 45



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

proposto anteriormente, está prevista nova expansão do complexo educacional, por meio da construção de uma capela, além de três (3) novas edificações destinadas a salas de aula e laboratórios, apresentando-se, para tanto, conjunto de justificativas para a execução das mesmas, como a necessidade modernização da instituição e o conforto dos alunos, entre outras. Referindo-se a tais justificativas, a Conselheira ressaltou que estas não encontram fundamento, uma vez que, segundo seu entendimento, fica claro que o objetivo maior da intervenção é a expansão do estabelecimento de ensino, mas que, entretanto, não seria o caso avaliá-las. Sobre o assunto, a Presidente Olga Campista argumentou que não cabe ao Conselho procurar entender o programa da instituição, mas, sim, o que a intervenção pretendida significa em termos de ocupação da área. Em seguida, o arquiteto Marcos Bittencourt, após mencionar a definição de critérios para a ocupação do local, e ressaltar que, em 2008, por ocasião do encaminhamento da citada proposta para a construção do ginásio poliesportivo, não foi respeitada a altura máxima de 8,50m para as novas edificações, enfatizou que esta foi a razão para a solicitação de do *Plano de Massas* em questão. O arquiteto ressaltou, ainda, a importância de não se perder de vista a decisão tomada pelo CET naquela ocasião, lendo, para tanto, trecho da Ata da 955ª Sessão Plenária, de 28 de janeiro, que relata tal decisão: *"Ao final dos debates sobre o assunto, o colegiado julgou que a proposta, da forma como está apresentada, não poderá ser aprovada, uma vez que, em princípio, contraria a Resolução SECE nº 65/98, do tombamento estadual para o local, que estabelece os citados 8,5m (oito metros e meio) como altura máxima para as novas edificações. Deliberou, no entanto, que por tratar-se de um estabelecimento de ensino cujo complexo já edificado foi submetido à análise e aprovação do colegiado, o CET dispõe-se a reexaminar o projeto em referência, desde que, para tanto, seja apresentado um Plano Diretor de uso geral da gleba, com especificação dos tamanhos dos lotes, previsão das novas edificações e respectivos usos, taxa de ocupação da área como um todo, tipo de vegetação e as demais informações pertinentes"*. Quanto à proposta atual, o arquiteto declarou que, julgando-se a mesma com base naqueles parâmetros estabelecidos, dos respectivos critérios de altura, assentamentos sobre platôs preexistentes, etc, tal proposta seria negada. Ressaltou, em seguida, que, entretanto, há que se levar igualmente em consideração a decisão do Conselho quanto ao reexame do assunto, conforme acima relatado. Em seguida, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que é preciso considerar-se que, uma vez que foi permitida a instalação de uma faculdade de medicina no local, de grande importância para a cidade Petrópolis, não se pode, no momento seguinte, criar impedimentos que inviabilizem o próprio empreendimento. A Presidente Olga Campista declarou concordar com o Conselheiro, ressaltando, ainda, o caráter positivo da retomada da idéia do *campus* universitário, independente da análise do projeto em pauta. Em seguida, a Conselheira Dora Alcântara argumentou que quando se fala da relação da mata com os terrenos e a tipologia local, vem-lhe em mente ter sido esta a razão do tombamento, ou seja, a preservação da relação da mata com o patrimônio edificado. Argumentou, em seguida, que por ocasião da primeira proposta apresentada para o local, ficou evidente não ter sido respeitado tal princípio, o que tornaria a acontecer com as propostas de acréscimo apresentadas posteriormente, razão da solicitação do *Plano Diretor* para a área, que permitiria avaliar-se em que medida poderiam ser

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including "P. DA" and "Ph".*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

reavaliados aqueles parâmetros iniciais, de modo que as novas ocupações pretendidas não prejudicassem a preservação da mesma. Ressaltou, por fim, não ter sido apresentado o Plano solicitado, mas, em vez disso, foi encaminhado novo projeto com vistas à expansão do empreendimento. A Presidente Olga Campista, referindo-se à existência de um Plano Diretor do Município, declarou que é preciso trabalhar-se em conjunto com a Prefeitura, a fim de evitar-se a repetição de recente caso de um cidadão, que lhe pareceu bastante correto, e que comprou um imóvel na cidade para transformar em estabelecimento comercial, consultou a Prefeitura, obteve a licença e, agora, vem ao Inepac para saber o que de fato será possível fazer no imóvel. Declarou, em seguida, a importância da realização de estudos específicos em conjunto, e que incluam até mesmo o reexame dos tombamentos na cidade. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda concordou, declarando que é preciso também considerar-se que algumas áreas tiveram sua significação mudada. Em seguida, às dezesseis horas, a Presidente deu por encerrada a sessão, deliberando-se pela retomada do assunto em pauta na sessão seguinte, marcada para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2011.

*Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz*  
*Olga Campista*  
Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira *Cláudio Valério Teixeira*

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *Dora Monteiro e Silva de Alcântara*

Italo Campofiorito *Italo Campofiorito*

Maria Regina Pontin de Mattos *Maria Regina Pontin de Mattos*

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut *Silvia Finguerut*

Victorino Chermont de Miranda *Victorino Chermont de Miranda*

Wilma da Rocha *Wilma da Rocha*



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

### Ata da 1189ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima octogésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Sílvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Marcos Bittencourt e a Diretora do DPCN/Inepac Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Plano de Massas para o Campus da Faculdade de Medicina de Petrópolis.** Conforme deliberado na sessão anterior, foi dada continuidade ao debate sobre o assunto em tela. A Conselheira Wilma da Rocha, após declarar que o seu parecer recomenda que se acompanhe o parecer técnico do DPCN/Inepac, deu início à leitura do documento referido, pelo qual relata ao Conselho as seguintes informações: *"Solicitou o Conselho um Plano Diretor para a área com a especificação dos tamanhos dos lotes, previsão das novas edificações e respectivos usos, taxas de ocupação de área como um todo, tipo de vegetação, etc. A proposta apresentada pela Fundação Octacilio Gualberto trata de projetos específicos e não de um Plano de Ordenação Geral para a área, e, portanto, está em desacordo com o que foi solicitado pelo Conselho na Ata da 955ª Sessão Plenária, de 28 de janeiro de 2008. Os parâmetros e diretrizes para implantação da edificação nos lotes já se encontram estabelecidos pelo Conselho Estadual de Tombamento e Inepac, e neste projeto não estão acatados no que se refere aos escalonamentos e alturas propostas para o laboratório e para as quadras, assim como para a implantação da capela".* A Conselheira ressaltou, em seguida, que a capela não agride a paisagem, mas está fora dos parâmetros estabelecidos. E, ainda: *"Considerando que estão preservadas pelo tombamento as matas existentes ou remanescentes das encostas e que cortes no terreno não são recomendáveis, a proposta do local para implantação do laboratório não é adequada, já que implica nos pontos que devem ser evitados, e também por considerar que a tutela deve se estender ao ambiente natural que emoldura o conjunto, impedindo que edificações não apenas alterem mas deformem o perfil".* Sobre a questão, a Conselheira declarou que a proposta prevê cortes que não acompanham a topografia do terreno, que tem o seu perfil deformado, construções sobre os taludes e nas encostas, não sendo respeitado o limite de altura para as novas construções. E, ainda: *"Manifesto a mesma preocupação da Conselheira Thays quanto a considerar o efeito das novas ocupações do conjunto sobre a paisagem e, portanto, não me ative à análise da vizinhança pelo ponto de vista do observador, e sim, sobre a consideração que as novas construções nestes lotes do conjunto tombado passarão a ser parte dele, podendo ser benéficas ou comprometer a vizinhança, a valorização ou a desvalorização do conjunto. E portanto, considero o volume proposto para o ginásio excessivo para a área disponível dos platôs, de certa forma, distinguindo-o no espaço, em desacordo com a norma de preservação do entorno visual apropriado".* Assim,



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

declarou a Conselheira, que embora o projeto tenha grande qualidade arquitetônica, o ginásio proposto se distingue na paisagem, mudando toda a leitura do conjunto. E, ainda: *"Cabe ressaltar que há a necessidade de se conciliar as exigências do programa com a salvaguarda dos valores do conjunto"*. Pelo documento, conclui-se: *"Observamos que as considerações aqui descritas são preocupações manifestadas pelo Inepac e o Conselho desde o início deste processo e, portanto, sugiro ao Conselho ratificar o posicionamento do Inepac em seu parecer técnico, solicitando que a FOG apresente um Plano Diretor de acordo com o descrito na Ata do Conselho, e que o mesmo, se acompanhado de um Plano de Massas, atenda as diretrizes do Inepac"*. E, ainda: *"Quanto às normas para o local, recomendo que sejam estudadas medidas reguladoras com a legislação adequada, ou outras disposições integradas com os planos reguladores, se existentes na cidade, para efeito de legislação de proteção ( taxa de ocupação, declividade, cortes e aterros, lote mínimo e máximo) para, no futuro, permitir melhor análise ou conclusão sobre o limite da zona de proteção, ou respeito, com menor ou maior tolerância, para podermos encaminhar legalmente para a zona de proteção da paisagem"*. Segundo a Conselheira Silvia Finguerut, se o tombamento é urbano-paisagístico, o projeto em análise deverá ser negado, uma vez que é clara a sua interferência na paisagem a ser protegida, não importando, por esta razão, avaliar-se qual a altura das intervenções projetadas para o local. Referindo-se ao parecer da Conselheira Wilma da Rocha, propôs que fosse enfatizada a recomendação para que se busque a preservação e a ampliação da massa arbórea, que, segundo a Conselheira, é intocável. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou que deverá ser pensado o que se quer para a área e, se o paisagismo do local é importante, decidir-se se o projeto poderá, ou não, ser aprovado. Ainda segundo o Conselheiro, não se pode ficar *"adaptando o projeto"* apresentado. A Presidente Olga Campista argumentou que, como ficou claro no decorrer da sessão, existem critérios para a ocupação do local desde 1999, e que, em 2008, ao apresentarem nova proposta que não atendia a tais critérios, o CET emitiu parecer pelo qual solicitou o Plano Diretor para o local, admitindo a possibilidade de reexame da proposta e, portanto, repensar tais critérios. O Conselheiro Victorino de Miranda declarou que o Conselho admitiu, em tese, que alguma coisa pudesse ser modificada. Ressaltou, em seguida, que é preciso que se avalie se continuam válidos os pressupostos estabelecidos para o local 10 (dez) anos atrás e se, diante do conflito de interesses igualmente legítimos, qual o interesse que prevalece. Ainda segundo o Conselheiro *"a primeira palavra deverá ser dos técnicos"*. O arquiteto Marcos Bittencourt declarou que, por ocasião do primeiro projeto apresentado, foram estabelecidos critérios corretos e coerentes, razões pelas quais tais critérios deveriam ser mantidos, ou seja, poderia se construir no local, mas não o que está sendo proposto. A Presidente Olga Campista voltou a argumentar que seria o caso de conjugar tais critérios para a área com o *Plano Diretor* da Prefeitura para a mesma. Ainda segundo a Presidente, trata-se de uma questão de política pública, fazendo parte do papel do Estado trabalhar a preservação do patrimônio junto aos Municípios, de modo que os mesmos entendam o próprio papel nesta preservação. Em seguida, o Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que na análise do projeto em questão é preciso considerar-se um conjunto de fatores. Segundo o Conselheiro, o primeiro seria a importância da instituição de ensino, tanto social como economicamente, para



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

a cidade de Petrópolis; em segundo lugar, a forma como agiu a instituição, ao contratar um profissional de grande qualidade, e o bom projeto apresentado, o que tem se mostrado bastante raro; além da retomada da idéia do Campus, algo também raro, e que do ponto de vista da intervenção, segundo o Conselheiro, é bastante interessante. O Conselheiro ponderou, por fim, que, segundo seu entendimento, a implantação do projeto apresentado não representa grande interferência do ponto de vista ambiental. A Conselheira Sílvia Finguerut declarou concordar com as ponderações iniciais do Conselheiro, declarando, entretanto, que o impacto ambiental causado é evidente e inaceitável. Em seguida, o Conselheiro Mozart Vitor Serra opinou pela aprovação do projeto em exame, argumentando, ainda, que se a questão é ambiental, poderão ser pensadas medidas compensatórias para a retirada da parte da paisagem com a implantação do projeto, como, por exemplo, o replante da mesma em outro local. Encerrando os debates, a Presidente Olga Campista propôs a votação das seguintes propostas: 1. Aprovação da versão do projeto em pauta, conforme proposto pelo Conselheiro Mozart Vitor Serra; 2. Exame da legislação urbana e ambiental da Prefeitura e conversa dos técnicos do Inepac com os proponentes, que deverão apresentar nova proposta de acordo com os parâmetros existentes definidos, pelo Inepac para o local e que indique as áreas *non aedificandi* em toda a gleba. Com o término da votação, foi vencedora, por maioria de votos, a proposta 2. O colegiado deliberou, ainda, que a Conselheira Wilma da Rocha encaminhará ao CET o seu Relatório sobre a matéria em estudo, apresentado nesta data.

**2. Leitura e votação de parecer do ex-Conselheiro Alfredo Luiz Porto de Britto relativo ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS.** Em seguida à leitura do documento em pauta pela Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, o mesmo foi aprovado, por unanimidade, pelo colegiado. Cabe ressaltar que o documento em questão é resultante de discussão do Conselho sobre Proposta da 6ª Superintendência do IPHAN para o local, conforme registro em Ata da 1179ª Sessão Plenária, de 04 de abril de 2011. No encerramento da sessão, a Presidente Olga Campista falou ao colegiado que, segundo entendimento do novo Procurador Geral do Estado, não será possível o lançamento do *Edital de Projetos e Obras*, conforme havia comunicado na sessão anterior. Informou, ainda, que segundo orientação da Procuradoria, isto só seria possível em caso de projetos e obras em áreas privadas de uso público, e por meio de concurso. Informou, em seguida, que, devido à decisão da Secretaria de investimento na restauração de patrimônio, por meio de licitações já em andamento serão restaurados o prédio do Capão do Bispo e do Convento do Carmo, que informou ter sido encontrado em estado lastimável de conservação após sua recente desocupação pela Faculdade Cândido Mendes. Ainda sobre o imóvel, onde futuramente será instalada toda a Secretaria de Cultura, informou que foi realizado um relatório fotográfico de tal situação, o qual pretende mostrar durante a próxima sessão do CET, declarando que uma visita do colegiado ao imóvel seria muito importante, ficando de, oportunamente, agendar a mesma. Por fim, pediu o auxílio do Conselho para a seleção dos imóveis a serem recuperados. Sobre o assunto, a Conselheira Sílvia Finguerut propôs a elaboração de uma lista pelo Inepac, com o aval do Conselho, que incluísse imóveis passíveis de restauro (igrejas, imóveis públicos e privados) na qual estivesse prevista, ainda, uma contrapartida por parte dos respectivos proprietários contemplados. Finalizando sua exposição, a Presidente Olga



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Campista declarou que esta idéia precisa ser amadurecida e que conta com o CET para tanto. Com o término de sua exposição, os presentes foram unânimes em parabenizar tais iniciativas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, declarando concluídas as atividades do colegiado no presente ano, e cuja retomada está prevista para meados de janeiro de 2012. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2011.

*Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz*  
*[Handwritten signature]*  
Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira *[Handwritten signature]*

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *[Handwritten signature]*

Italo Campofiorito *[Handwritten signature]*

Maria Regina Pontin de Mattos *[Handwritten signature]*

Mozart Vitor Serran *[Handwritten signature]*  
Silvia Finguerut *[Handwritten signature]*

Victorino Chermont de Miranda *[Handwritten signature]*

Wilma da Rocha *[Handwritten signature]*